Ciudad de Buenos Aires, 28 de Maio.

Mons. Roque Paloschi[1]

A Comunidade como Protagonista do Desenvolvimento Econômico e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável

SAUDAÇÕES A TODAS E TODOS!

Em primeiro lugar, desejo parabenizar os organizadores deste Seminário Internacional sobre o direito à água e ao futuro. Nunca foi tão necessário refletir sobre esse bem precioso e vital. Dentre temas tão importantes, a mim coube falar sobre a comunidade como protagonista do desenvolvimento econômico. Desde já, agradeço o convite e espero poder contribuir com minha humilde reflexão.

ÁGUA: DIREITO OU MERCADORIA?

Inicio citando um pensador brasileiro chamado Roberto Malvezzi[2]:

> "É uma aberração termos que afirmar que a água é um direito humano, simplesmente porque é uma necessidade primária, portanto, um direito natural. Mas, com a transformação da água em mercadoria, com sua privatização, somos obrigados a lutar pela água como um direito humano e de todos os seres vivos"[3].

[1] Dom Roque Paloschi, arcebispo da Arquidiocese de Porto Velho, Rondônia, Brasil e presidente do CIMI (Conselho Indigenista Missionário).

[2] Roberto Malvezzi (Gogó), nasceu em 1953, no município de Potirendaba-SP. Graduado em Estudos Sociais e em Filosofia pela Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena-SP. Graduado em Teologia pelo Instituto Teológico-SP. Escritor, composição, político e religioso. Atualmente, reside em Juazeiro-BA e atua na Equipe CPP/CPT do São Francisco.

[3] http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/577098-paises-ignoram-onu-e-nao-reconhecem-agua-como-direito-humano

A água se tornou um problema que nos últimos anos vem se acentuado, principalmente quando nos damos conta do recuo dos rios da região que detém 20% das reservas de água doce do mundo: a Amazônia. Pesquisadores afirmam que vem ocorrendo uma redução muito significativa na área da superfície das bacias hidrográficas. De acordo com esse estudo, teriam sido perdidos, por ano, algo como 1.400 km^2 de rios e bacias naturais, ou seja, é uma área maior do que toda a cidade de Roma.

O desmatamento e o avanço das grandes barragens hidrelétricas são apontados como as principais causas. Outro grande problema é a privatização ou comercialização da água, realidade perceptível em vários países, principalmente na agricultura irrigada que usa cerca de 70% da água doce consumida no mundo.

Esses dados mostram que não basta pensar na água como um direito, é preciso considerar, também, todas as formas de uso e de preservação. É preciso reafirmar, apesar de ser outra aberração, que para além do valor econômico, a água possui outros valores, tais como: o valor ambiental (ela está no ar, nas plantas, nos animais); o valor paisagístico (estamos, inclusive, *en el Palacio de Aguas Corrientes*); o valor social (já que todos precisam dela); o valor religioso, etc. E, principalmente, o valor biológico, porque onde não há água não há vida.

OS "ECO-REFUGIADOS"

Mais de 30 milhões de pessoas sobrevivem diretamente dos rios amazônicos. Alimentam-se de seus peixes, cultivam grãos em suas margens e sobrevivem da venda de produtos florestais. No entanto, as alterações de rios e paisagens modificadas pela construção de barragens e hidrelétricas, pela mineração, pela agricultura e pecuária extensivas seguem produzindo milhares de refugiados do desenvolvimento, ou "eco-refugiados", que são comumente vistos como entraves. Populações inteiras são forçadas a abrir mão de seus modos de vida, cultura e técnica em nome do desenvolvimento.

É claro que nenhum de nós, em pleno século 21, quer viver sem os bens de consumo que o desenvolvimento traz, principalmente a energia. E esse é o argumento mais forte para os que defendem a necessidade das hidrelétricas. O discurso favorável é um discurso dominante, ancorado na defesa de um suposto desenvolvimento que geralmente busca tornar invisível o sofrimento das populações atingidas,

como se o sacrifício das comunidades locais e da natureza fosse um pequeno preço a ser pago pela garantia do desenvolvimento do país.

O que eles não falam é que, no caso das hidrelétricas, quase 80% de toda a energia produzida nacionalmente se origina de mais de duas mil barragens que forçam o deslocamento de, no mínimo, um milhão de pessoas. Numa estimativa, apenas 10% das famílias removidas de seus territórios em função das obras das hidrelétricas receberam algum tipo de indenização no Brasil, inclusive, sequer existe uma política nacional de direitos dos atingidos por barragens. É necessário refletir sobre o modelo de desenvolvimento vigente, para saber qual o valor de uma barragem que produz energia sustentável, mas desaloja comunidades.

As grandes mineradoras burlam as leis das mais variadas formas e vão, pouco a pouco, poluindo os lençóis freáticos, a terra, desinstalando o povo. Em nome do lucro, não investem em manutenção nem em medidas preventivas e acabam provocando grandes catástrofes ecológicas, como no caso da represa da Vale do Rio Doce em Mariana e da Samarco em Brumadinho, ambas situadas no Estado de Minas Gerais, no Brasil. Somando, foram mais de 600 mortos e sabe Deus a quantidade de pessoas, animais e natureza que sentem ainda as consequências desses crimes ambientais.

Também não falam que a agricultura com irrigação tecnológica gasta 70% da reserva de água do mundo. Por isso, os setores da agricultura mecanizada não costumam se preocupar com a chuva, já que a irrigação é feita por tecnologias que aspergem água independentemente do período do ano. Quase sempre falta água para a população, mas não falta para os grandes agricultores. A geração de empregos e a produção de alimentos é o motivo e a justificativa para o uso da água em larga escala. Entretanto, a desigual distribuição da água feita a favor da indústria é uma "injustiça hídrica", principalmente quando a maioria dos alimentos que consumimos são produzidos pelos pequenos agricultores que não têm acesso à irrigação mecanizada e a outras tecnologias.

Não falam que a pecuária expansiva além de transformar a floresta em pasto, também coopera para o aumento de gás carbono na atmosfera, e que há mais preocupação com o bem-estar do boi (providenciando todas as vacinas necessárias) do que com a saúde do povo nativo[4]. Não falam que o turismo mal regularizado pode acarretar sérias consequências para a população nativa, como drogas e turismo sexual. E que, o desenvolvimento econômico, geralmente, não chega aos pequenos.

[4] Na Amazônia, dos 70 milhões de hectares desmatados mais de 70% é ocupado por gado, é a farra do boi que foi denunciada pelo Greenpeace.

Não podemos esquecer que "a terra está totalmente vinculada ao *ethos*, à cultura, à organização social, à economia e à identidade das pessoas[5]". Não podemos esquecer e precisamos fazer que se reconheça que a população é constituída por cidadãos que possuem o direito de participar do planejamento e da tomada de decisões que atingem, diretamente e indiretamente suas vidas. Evidentemente, não é simples chegar a uma fórmula que garanta desenvolvimento e verdadeira sustentabilidade socioambiental. Por isso estamos aqui, refletindo.

O PARADOXO ENTRE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da ONU, se baseiam na ideia de implementar o tripé de um desenvolvimento[6] que seja: **1.** Economicamente inclusivo; **2.** Socialmente justo; e **3.** Ambientalmente sustentável.

1. **Desenvolvimento economicamente inclusivo –** No mundo existem bilhões de pessoas vivendo com menos de US$ 5 por dia, outros bilhões vivendo no desemprego ou subemprego e uma grande crise migratória, com milhões de pessoas vivendo em condições precárias em campos de refugiados. Essa realidade mostra que a inclusão econômica ainda é uma meta muito distante.

2. **Desenvolvimento socialmente justo -** Segundo a Oxfam, os oito homens mais ricos do mundo possuem a mesma riqueza que a metade mais pobre da humanidade. Assim, mesmo reduzindo a pobreza absoluta, aumentou a distância entre os poucos privilegiados do topo da pirâmide e os muitos desamparados da base, mostrando que a apropriação da riqueza tem acontecido de maneira cada vez mais desigual.

3. **Desenvolvimento ambientalmente sustentável -** O meio ambiente é, sem dúvida, o maior prejudicado pelo avanço do desenvolvimento da produção em massa de bens e serviços. O enriquecimento da desigual civilização humana ocorreu paralelamente ao empobrecimento dos ecossistemas e da redução da biodiversidade. Enquanto a humanidade aumentou a estimativa de vida, as

[5] GIONGO, Carmem; MENDES, Jussara M. Rosa; WERLANG, Rosangela. Refugiados do desenvolvimento: a naturalização do sofrimento das populações atingidas pelas hidrelétricas. REB: Revista de Estudios Brasileños, Salamanca, Espanha, v. 3, n. 4, p. 101-114, primeiro semestre de 2016. Acesso em 18 maio 2019. http://revistas.usp.br/reb/article/view/111773

[6] ALVES, JED. O trilema da sustentabilidade e o decrescimento demoeconômico, 22º Congresso Brasileiro de Economia-BH, 08/09/2017: https://pt.scribd.com/document/358390999/O-trilema-da-sustentabilidade-e-decrescimento-demoeconomico.

demais espécies vivas do Planeta entraram em uma espiral de declínio e estão a caminho da 6ª extinção em massa.

Em síntese, significa que o desenvolvimento tem acontecido de maneira cada vez mais insustentável[7]. O grave da situação atual é que o crescimento exponencial da população e da economia, nos últimos dois séculos, fez com que a base do bem-estar antrópico ultrapassasse a capacidade de carga da Terra e o déficit ecológico[8] cresce a cada ano. No ritmo atual, dizem os especialistas, a humanidade vai provocar um ecocídio de abrangência homérica e, consequentemente, a civilização caminha para o colapso.

A conta não fecha: queremos produzir mais com menos, e o desenvolvimento sustentável torna-se, cada vez mais, um paradoxo[9]. Embora a sociedade esteja ficando cada vez mais eficiente na produção de bens e serviços, não está perto de conseguir a meta do crescimento econômico sem o uso crescente de recursos. Ou seja, o desenvolvimento sustentável é incompatível com o contínuo e persistente crescimento do PIB e da ampliação do modelo "Extrai-Produz-Descarta". O tripé da sustentabilidade virou um trilema[10]. Somente o decrescimento demoeconômico, de longo prazo, será capaz de garantir o bem-estar de uma população com maior recuperação dos ecossistemas e ampliação da biodiversidade. No entanto, isso põe em cheque a meta 8.1[11] dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em poucas palavras, podemos dizer que a humanidade só será salva se salvar o meio ambiente e as demais espécies que compartilham a nossa Casa Comum. Trabalhar com sustentabilidade significa juntar o ambiental, social e econômico na mesma proporção. E, para isso, é preciso dizer não ao egoísmo

---

[7] CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. SP, Estudos avançados 26 (74), 2012: http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a04v26n74.pdf

[8] Quando há sobre uso dos bens naturais acima do que a natureza pode oferecer, ou num ritmo mais veloz do que ela é capaz de repor. É o que comumente chamamos de insustentabilidade.

[9] José Eustáquio Diniz Alves, doutor em demografia e professor titular do mestrado e doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE, em artigo publicado por EcoDebate, 09-05-2018.

[10] MARTINE, G. ALVES, JED. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade? R. bras. Est. Pop. Rebep, n. 32, v. 3, Rio de Janeiro, 2015 (português e inglês) http://www.scielo.br/pdf/rbepop/2015nahead/0102-3098-rbepop-S0102-3098201500000027P.pdf

[11] A meta 8 fala da promoção do crescimento sustentável - o detalhamento diz que é preciso garantir que os 48 países mais pobres do mundo cresçam, ao menos, 7% ao ano e que em 2030 todos tenham "trabalho decente".

e sim ao altruísmo e ao ecocentrismo. Só haverá sustentabilidade, de fato, com uma sociedade com mais ECOlogia e com menos ECOnomia que degrada a natureza.

A Comunidade como Protagonista do Desenvolvimento Sustentável e os Desafios do Desenvolvimento Econômico

Chegando finalmente ao tema central da minha fala, preciso informar que, para ser coerente com o que abordei até o momento, reorganizei o tema proposto. Ao invés de falar da comunidade como protagonista do desenvolvimento econômico e os desafios do desenvolvimento sustentável, prefiro falar da comunidade como protagonista do desenvolvimento sustentável que enfrenta os desafios do desenvolvimento econômico.

Como apontei anteriormente, o rolo compressor chamado desenvolvimento esmaga as comunidades sem, ao menos, pensar duas vezes, caso seja economicamente lucrativo. O modelo de desenvolvimento econômico atual que nossa sociedade vive é um modelo de crescimento linear que dá uma falsa sensação de que a vida segue em linha reta e cria a ilusão de separação e independência humana em relação ao mundo natural. Ora, a sustentabilidade não pode ser medida como tal, porque a cultura sustentável segue os ritmos da natureza, baseia-se nos ciclos das estações e não se refere apenas a um período de tempo. Como vemos, o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento sustentável são modelos antagônicos e com interesses diversos.

Por isso, afirmo que o protagonismo do povo organizado não está no fator econômico, mas sim, na sua missão de cuidadores da Casa Comum. A comunidade sustentável tem o enorme desafio de romper com esse modelo linear que põe o lucro acima de tudo e de todos, para propor a cultura sustentável. Dessa forma, a comunidade se torna protagonista da sustentabilidade quando, corajosamente, denuncia toda forma de violência contra a vida de toda a Criação. E quando propõe um modo de viver equilibrado com o meio ambiente, a fim de garantir para a geração atual uma boa qualidade de vida sem diminuir as chances para as gerações futuras.

Para isso, é preciso compreender que viver de forma sustentável não é simplesmente assumir um estilo de vida vegana ou ecologicamente correta. Devemos também olhar coletivamente para as raízes psicológicas e espirituais desses desafios e re-criar uma cultura humana sustentável, que nos ajude a fomentar a consciência de que a nossa sobrevivência depende de um ecossistema saudável no planeta. Uma comunidade sustentável trabalha nessa re-integração com a natureza, e age como uma parte do todo, como uma célula no organismo da Terra.

É um longo caminho a se fazer, no entanto, não partimos do zero, nem estamos sozinhos. No mundo já existem mais de 400 comunidades sustentáveis[12]. Além disso, nós todos temos raízes indígenas, de ancestrais que viveram de forma sustentável por incontáveis gerações, mas muitos de nós perdemos completamente o contato com o conhecimento desses ancestrais tradicionais. Os povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas ao redor do mundo mantiveram suas culturas e tradições, são modelos inspiradores de vida sustentável que obtêm sua nutrição física e espiritual a partir do ambiente natural. Podemos e devemos ouvir a sabedoria desses povos.

O grande desafio das comunidades protagonistas do desenvolvimento sustentável é mudar o modo em que o ser humano se relaciona com o meio ambiente que, consequentemente, passa pelo modo como ele se relaciona com o consumo. Aponto algumas iniciativas que são fundamentais para uma comunidade e sociedade sustentável:

- Dar suporte para a agricultura familiar a fim de agregar valor à sua produção e evitar os desperdícios, ajudando o produtor a planejar, executar e destinar melhor a produção e seus resíduos.
- Trabalhar com compostagem e ensinar a comunidade a usar e evitar agrotóxicos.

[12] *Común Tierra* é um projeto de difusão e educação sobre comunidades sustentáveis na América Latina (do Brasil ao México), iniciada em maio de 2010.

- Assumir de forma pessoal e coletiva o compromisso de consumir apenas o necessário, evitando a produção de lixo e reciclando-o quando possível.
- Priorizar o uso de meios de transportes não poluentes, por exemplo, a bicicleta.
- Ser uma sociedade autossuficiente: projetar casas que aproveitem ao máximo as capacidades de aquecimento do solo e de iluminação, economizando energia.
- Construir uma nova cultura da água: na captação da água de chuva, na prática do reuso, no cuidado com os mananciais, na revitalização de rios, na preservação de nascentes e no uso consciente da água.
- Lutar por políticas públicas diferenciadas: na defesa do direito fundamental à água. Na luta por saneamento básico, que inclui a coleta e o tratamento dos esgotos. Na regularização e limites do uso de agrotóxicos.
- Desenvolver em conjunto com os nove países da América do Sul que dividem a bacia amazônica um sistema multinacional de avaliação de projetos de hidrelétricas, que leve em conta impactos que vão além da área de influência de cada empreendimento.
- Apoiar iniciativas sustentáveis e projetos de conservação que por meio da educação[13] e da comunicação objetivem informar e sensibilizar a sociedade sobre os problemas socioeconômicos e ambientais. Por exemplo: a Escola da Amazônia.
- Cuidar dos Povos Originários e das Comunidades Tradicionais para que eles possam cuidar da floresta. Lutar pelos seus direitos de terra, saúde, educação e cultura.

CONCLUSÃO

Essa nova visão de ecologia integral nos inspira e exige de nós uma conversão ecológica para continuar atuando em defesa da democracia plena, contra a privatização da água e pela soberania territorial, alimentar, genética, hídrica e energética, pelos direitos dos povos originários, pela vida de toda a Criação. Este processo será construído democraticamente desde as comunidades protagonistas do desenvolvimento sustentável até chegarmos todos à Terra Sem Males, à *Pacha mama*. Assim seja!

[13] Silvio Marchini, graduado em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo e mestre em Ecologia pela University of Missouri System, EUA. Doutorando em Conservação da Vida Silvestre pela University Of Oxford. Membro da Fundação Ecológica Cristalino, à qual a Escola da Amazônia pertence. Diretor científico da Associação Ecológica Turismo Sustentável. Autor de *Guia de Convivência Gente e Onças* (Piracicaba: Amazonarium, 2009).

PARA REFLETIR:

O PIB da maioria dos países da América Latina depende de uma estabilidade do regime de chuva. Boa parte dessas chuvas vem da Amazônia, ou seja, dependem de suas florestas e rios. Então, o que impede a América Latina de abraçar a causa da sustentabilidade da floresta e de seus povos como caminho seguro de desenvolvimento?